

PARECER CONTÁBIL-TÉCNICO

Assunto: Recurso interposto em licitação – inclusão de IRPJ e CSLL na planilha de custos

Interessado: Divisão de Logística e Compras / Empresa Contratante

Elaboração: Odair Sales - Gerente Contábil

1. Contexto

Foi interposto recurso por licitante, alegando que a planilha de custos apresentada pela empresa vencedora deveria contemplar os tributos **IRPJ** e **CSLL** como itens de custo direto/indireto. A recorrente sustenta que a ausência dessas parcelas comprometeria a exequibilidade da proposta.

2. Análise técnica

Do ponto de vista contábil e jurídico:

1. Natureza dos tributos

- O **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)** e a **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** são **tributos diretos, personalíssimos, incidentes sobre o resultado da empresa**.
- Não constituem custos ou despesas necessários à execução do objeto contratual, mas sim **ônus tributário decorrente do lucro auferido** pela pessoa jurídica, variando conforme o regime fiscal adotado (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real).

2. Jurisprudência do TCU

- O **Tribunal de Contas da União (TCU)**, no **Acórdão 950/2007 – Plenário**, firmou entendimento de que **IRPJ e CSLL não podem integrar a formação do BDI ou das planilhas de custos em contratos administrativos**, por configurarem acréscimo artificial de preço e disfarce de lucro.
- Outros acórdãos posteriores (ex.: 1.214/2013 e 775/2015) reforçaram que esses tributos são de responsabilidade exclusiva da empresa e **não devem ser repassados à Administração Pública**.

3. Formação de preços em licitações

- As planilhas de custos devem refletir **apenas os custos diretos, indiretos, tributos incidentes sobre o faturamento (ISS, PIS, Cofins) e a margem de lucro**.
- A inclusão de **IRPJ e CSLL** distorceria a competitividade do certame, gerando vantagem artificial a quem inflar sua planilha, além de afrontar o **princípio da isonomia** previsto na Lei nº 14.133/2021 (art. 5º).

3. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que:

- A alegação do recorrente não procede, pois **IRPJ e CSLL não integram a formação de preços em licitações públicas**, conforme entendimento consolidado do **Tribunal de Contas da União (TCU)**.
- A planilha apresentada pela empresa vencedora está em conformidade com as alíquotas vigentes para a tributação aplicável ao regime do Lucro Presumido e com as orientações do edital.
- Assim, recomenda-se a **rejeição do recurso**, mantendo-se a classificação da proposta vencedora.